

Editorial

Em 2006 completa-se uma década da promulgação da LDBEN, Lei 9394/96, cujo princípio de flexibilidade representou uma tímida conquista dos educadores e dos estabelecimentos de ensino na instituição das reformas educacionais que, desde o início da década de 1990, vinham sendo discutidas e planejadas. Tais reformas iniciaram-se oficialmente com a proposta de Parâmetro Curricular Nacional para a Educação Básica (PCN), agregaram força na política de avaliação nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior e, neste ano, completam seu ciclo com a Resolução CNE/CP Nº 01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Pedagogia e a Lei Nº. 11.274/2006, que dispõe sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos.

A revista Contexto e Educação não quer descuidar sua tradição de colocar em discussão temas atuais, assuntos polêmicos ou idéias que possam se somar ao debate nacional numa perspectiva de interlocução entre pesquisadores da área da educação, divulgando a pluralidade temática e a polifonia de vozes que envolvem uma mesma questão. É por essa razão que o número 75 “Políticas e Reformas Educacionais: impactos na formação docente” buscou a colaboração de pesquisadores nacionais que discutem esses temas a partir de diferentes abordagens, sejam elas temáticas ou teóricas, no intuito de pôr em evidência pesquisas que avaliam a condição de possibilidade de as políticas e reformas educacionais constituírem-se em ações de efeito positivo na Educação Básica e na formação de professores.

Inicia-se a reflexão pela formação de professores, colocando em pauta, com o texto de Maria Helena G. Frem Dias-da-Silva e Luci Regina Muzzeti, o debate acadêmico desencadeado a partir da reformulação dos cursos de licenciatura. A discussão sobre esse tema tem continuidade na análise das diretrizes para a formação de professores da educação básica, feita por Maria Lourdes Gisi e Ana Maria Eyng.

O artigo de Lúcia Helena Pena Pereira e Patrícia Vieira Bonfim reivindica espaços para a corporeidade e a sensibilidade na formação do pedagogo, apontando para a necessidade de preencher lacunas dos cursos que se abstêm de tratar a complexidade e a diversidade humana na formação daqueles que serão agentes socioculturais no exercício de sua profissão.

O texto de Gilberto Ferreira da Silva e Maria Rosa Fontebasso traz à cena a relação teoria-prática na implantação do curso de licenciatura para a formação de educadores em meios populares. Uma experiência vivenciada por educadores e pesquisadores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre (Smed/POA) que indica possibilidades de aproximação entre ciência, cultura e saberes da prática na formação de educadores populares.

Noeli Valentina Weschenfelder discute a docência nas políticas culturais para a educação no meio rural, analisando os “investimentos estratégicos” levados a efeito por meio dos materiais didáticos disponibilizados aos professores do campo nas décadas de 1950 a 1970. A pesquisa mostra a dimensão das políticas culturais no governmentamento de sujeitos e a amplitude de seu alcance na produção, não somente dos rurais escolares, mas também das comunidades envolvidas. Flávia Obino Corrêa Werle e Lenir Marina Trindade de Sá Brito dão continuidade a este tema abordando a história da formação de professores pela Escola Normal Rural, no início do século XX, “enfocando os desdobramentos curriculares em sua dimensão pedagógica e de formação para o mundo agrícola”.

Adair Mendes Nacarato traz reflexões sobre a formação do professor de Matemática, destacando o perfil do licenciado nesta área e a presença do Banco Mundial na formulação das políticas de formação de professores.

A gestão democrática da educação no âmbito das políticas públicas é posta em questão por Naura Syria Carapeto Ferreira e Anita Helena Schlesener ao trazerem reflexões oriundas de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação”. Alicerçado em elementos conceituais da filosofia política, o texto traz contribuições ao debate acerca da gestão democrática da educação enquanto tentativa de superação do senso comum.

Finalmente a questão da inclusão, tão presente nas políticas educacionais desde 1990, é posta em debate por Lenir Santos Schettert e Lindomar Wessler Boneti. A primeira, no artigo *Educação Inclusiva: da utopia a uma política educacional*, propõe uma reflexão sobre o conceito de inclusão situado como um novo paradigma educacional desde a Constituição de 1988. Faz uma análise da dimensão histórica da exclusão e as dificuldades na incorporação de práticas que contemplem um novo olhar sobre a diferença e sobre o aluno com necessidades educativas especiais. Boneti, no artigo *Exclusão e Inclusão Social: teoria e método*, analisa “as implicações inerentes à trajetória e aos entraves teóricos do aparecimento dos discursos da exclusão e inclusão social”, questionando as ações governamentais de educação inclusiva no Ensino Fundamental.

Pela sua amplitude e complexidade este tema não se esgota neste número e a continuidade do debate é uma condição para o envolvimento, cada vez maior, dos educadores nas questões que dizem respeito à formação profissional e à gestão da educação básica. Nossa intenção foi, e continua sendo, provocar e manter viva a discussão, garantindo a pluralidade de opiniões e a divulgação de pesquisas que impõem rigor teórico às argumentações.

Professora doutora Anna Rosa Fontella Santiago

Pelo Comitê Editorial